

lísticos) a autora também dedica a sua atenção.

O derradeiro capítulo, “Pontes e laços”, prolonga percursos para a abordagem em sede pedagógica dos textos, incidindo sobre todos os domínios verbais. Entre ler e escrever, leituras e culturas, paisagens e vivências, convivências e divergências, e configurações humanas multiculturais, encontram-se ao dispor do leitor propostas para construir, na sala de aula e quiçá em outros ambientes sociais (onde a leitura deve estar cada vez mais presente), uma produtiva reflexão sobre alguma da narrativa que se escreveu em língua portuguesa no século XX.

Os estudos no âmbito da didática da literatura que se ocupam das literaturas de língua portuguesa ficarão marcados por este contributo de Carla Ferreira. O labor empreendido ao longo da sua investigação é partilhado com o leitor nas 456 notas de rodapé e também numa muito pertinente bibliografia organizada por áreas de referência do trabalho, com a extensão de dezassete páginas.

Cristina Melo

PORTUGUÊS, LÍNGUA E ENSINO

ISABEL MARGARIDA DUARTE E OLÍVIA FIGUEIREDO (orgs.)

Porto, U. Porto Editorial, 2011

432 páginas, ISBN 9789898265722

O volume em apreço, organizado por Isabel Margarida Duarte e Olí-

via Figueiredo, reúne um conjunto de dezassete estudos centrados na língua e no ensino do Português, procurando articular a investigação académica com a necessária dinâmica inter e transdisciplinar e com os desafios da modernidade, tanto no tocante a novos usos linguísticos, como ao impacto que as novas tecnologias têm na habitação da língua. A usual introdução é substituída por um breve texto em contracapa, onde se esclarece o contexto da publicação. Elaborado a convite da Reitoria da Universidade do Porto, o livro “procura fornecer motivos de reflexão e pistas, umas de cariz mais teórico e outras mais práticas, que auxiliem o professor de Português na sua preparação quer científica quer pedagógica”.

Na linha de tantas outras obras que se têm esforçado por responder às exigências de sucessivos normativos, tanto ao nível do sistema de ensino, como dos programas de Português (*e.g.*, *Ensino do português para o século XXI*, orgs. Inês Duarte e Paula Morão, Lisboa, Departamento de Linguística Geral e Românica e Departamento de Literaturas Românticas/Edições Colibri, 2006, *Actas. Conferência Internacional sobre o Ensino do Português*, org. Carlos Reis, Lisboa, Ministério da Educação, 2007, *Pensar a Literatura no séc. XXI*, orgs. João Amadeu Carvalho da Silva, José Cândido de Oliveira Martins, Miguel Gonçalves, Braga, Aletheia – Associação Científica e Cultural, 2011, para referir apenas algumas das mais recentes), o presente volume foi pen-

sado a partir de coordenadas que a pulsão revisora ministerial entretanto revogou (*Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais*. Lisboa: Ministério da Educação, s.d., revogado pelo Despacho n.º 17169/2011, de 23 de dezembro) ou reorientou (*Programas de Português do Ensino Básico*, de 2009, filtrados pelas *Metas Curriculares de Português* em função do que deve ser eleito como prioridade). Porém, visto que outros documentos orientadores, como o *Programa do Ensino Secundário* (2001 e 2002) e o *Dicionário Terminológico* (2009), continuam em vigor e que os estudos apresentados abordam assuntos que, na sua transversalidade, resistem às alterações entretanto ocorridas, a obra mantém a sua pertinência e utilidade.

Tal como a sequência dos termos em título deixa prever, o enfoque linguístico é dominante, de resto em consonância com a filiação da grande maioria dos seus colaboradores, investigadores em unidades de investigação em Linguística, sendo apenas dois os textos assinados por especialistas em Literatura. Perante esta orientação, a inclusão de uma compilação académica deste teor no elenco das obras a reseñar, numa revista de estudos literários dedicada ao ensino da literatura, suscita um natural viés na leitura e uma atenção preferencial ao modo como nele se representa a disciplina de Português e o seu ensino, sobretudo no que diz respeito ao lugar concedido à literatura, sem, todavia, descurar a referência aos

multímodos aspetos linguísticos que a obra explana e dilucida ou às abordagens que propõe. Com este enfoque, o desequilíbrio registado parece acompanhar a irrelevância a que tem sido votada a literatura *qua* literatura, não obstante as reiteradas afirmações de que não há divórcio entre os dois campos de estudo. Mesmo assim, algum recurso ao texto literário como *corpus* de análise parece traduzir o postulado coseriano de que “el lenguaje poético representa la plena funcionalidad del lenguaje” face à linguagem corrente, “una desviación frente a la totalidad del lenguaje” (“Tesis sobre el tema ‘lenguaje y poesía’”, in *El hombre y su lenguaje: estudios de teoría y metodología lingüística*, Madrid, Gredos, 1977, p. 203). De facto, é o texto literário que constitui o *corpus* de trabalhos de incidência lexical, privilegiando-se um autor português, Alexandre O’Neil, e um brasileiro, Ricardo Ramos, em “Ensino-Aprendizagem do léxico. Orientações metodológicas”, de Olívia Maria Figueiredo (pp. 344-363); um escritor moçambicano, Mia Couto, erigido em antonomásia do neologismo, em “O desenvolvimento da competência lexical. Algumas notas sobre o ensino-aprendizagem do léxico no ensino secundário”, de Eunice Barbieri de Figueiredo (pp. 365-384); ou António Lobo Antunes, no domínio da linguística textual, em “Algumas reflexões suscitadas pelo Dicionário terminológico. Os mecanismos de coesão nos discursos”, de Olívia Maria Figueiredo (pp. 174-184).

Dos restantes artigos, apenas o ensaio de Maria de Fátima Marinho, “Espelhos côncavos e convexos (a propósito de *Memorial do convento*, de José Saramago), (pp. 25-44), se situa no domínio dos estudos literários com uma das obras de leitura obrigatória no 12.º ano, retomando o tema da construção do romance pós-moderno na sua relação com a História; os dois trabalhos de Isabel Margarida Duarte, “Cinco sugestões sobre *Os Maias* de Eça de Queirós” (pp. 47-74) e “Para que serve a noção de dialogismo aos professores de Português?” (pp. 326-343), prolongam a profícua aliança entre aquele campo, os estudos linguísticos e a didática, como tem sido timbre na sua investigação.

Não obstante a magra atenção à literatura, no artigo de abertura, “Ensinar Português: palavras que herdámos” (pp. 9-23), Carlos Reis recorda que o “ensino do Português é também uma forma de iniciarmos ou aprofundarmos em quem aprende o culto da beleza (a literatura é aqui um campo de trabalho fecundo)” (p. 23), em sintonia com o que estava preconizado no já referido documento sobre as competências essenciais do ensino básico. E, numa outra vertente, sublinha que, na formação dos professores, o “conhecimento especializado da língua” necessita articular-se com “um conhecimento também muito informado da literatura portuguesa (bem como de outras literaturas de língua portuguesa)” (p. 18). Porém, a atenção deste trabalho

incide sobretudo na refundação de uma pedagogia da língua, que passa também pela afirmação do lugar do professor de Português na sala de aula e do seu estatuto de “figura de referência” (p. 17), contrariando a designada “retórica do hífen”, inerente à “igualização de papéis” com que a prática pedagógica trivializou o binómio ensino-aprendizagem, descurando a epistemologia genética de Piaget e o construtivismo de Vigotsky que o haviam informado (pp. 14-16).

De um modo geral, os contributos do volume revelam posições de grande equilíbrio e rigor nos seus domínios específicos, o que nem sempre tem caracterizado o ensino da disciplina, como fica provado pelo tipo de afirmações que se lêem no primeiro artigo (v.g., a propósito da chamada pedagogia do erro, “não raro realçado naquilo que tem de (supostamente) ‘criativo’” (p. 16)).

Isabel Margarida Duarte e Ana Maria Brito pensam as vantagens e dificuldades do recurso a alguma metalinguagem técnica e à delimitação de campos de saber no desenvolvimento linguístico dos alunos. No caso das noções de polifonia e dialogismo, a primeira autora considera, e demonstra-o com análises de fragmentos textuais, que, apesar de constarem dos programas do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, sobretudo a propósito do texto literário e da escrita criativa, o seu ensino e discussão se devem restringir ao nível da pós-graduação; em aula, o recurso,

apenas implícito, a estas noções só se justifica por permitir “relacionar fenômenos aparentemente dispersos e os [professores] ajudarem a compreender a língua que ensinam e os seus usos em toda a sua complexidade e desafiante riqueza” (p. 341). Por seu turno, em “Subordinação frásica: da investigação ao ensino” (pp. 141-172), Ana Maria Brito, com base no estudo das propriedades sintáticas da subordinação e na subsequente distinção entre dois tipos de configuração estrutural (complementação e adjunção), demonstra que a separação entre gramática e discurso, operatória no domínio da investigação, ao nível do Ensino Básico e Secundário ganha em ser superada por uma conceção de gramática “abrangente e modular” (p. 168), por forma a abarcar uma mais ampla reflexão sobre a língua, dos sons ao texto.

Num outro domínio, Isabel Margarida Duarte, de novo, e Maria Antónia Coutinho ocupam-se de processos de leitura. Em “Cinco sugestões sobre *Os Maias* de Eça de Queirós” (pp. 47-74), a primeira autora chama a atenção para princípios elementares na abordagem de obras de leitura integral, como sejam o privilégio inicial do impulso afetivo e o crucial cuidado na seleção de excertos suscetíveis de despertar a interação com os alunos e o interesse pelos traços de leitura sinalizados mediante a ativação de operações de “assemblage” dos elementos discursivos, macro e microtextuais (marcas de subjetividade do discurso, modulação do relato do

discurso), de reconhecimento de processos de organização lexical e semântica e de mecanismos de coesão e de coerência textual. Em “Macroestruturas e microestruturas textuais” (pp. 191-220), a segunda autora desenha e propõe exercícios que operacionalizam o conhecimento de percursos interpretativos assentes em macroestruturas semânticas, pragmáticas e formais e em unidades microestruturais, sem que se exijam novos conteúdos declarativos.

Seguindo uma preocupação que se afigura transversal, os colaboradores percorrem domínios de aprendizagem a que os alunos são hoje mais resistentes. Assim, dois autores pensam, sob ângulos distintos, a assunção da escrita como objeto da escola. Em “A escrita como objecto escolar – contributo para a sua (re)configuração” (pp. 77-105), José António Brandão Carvalho discute a sua natureza (linguagem, competência de uso, ferramentas de aprendizagem e consequências do desenvolvimento tecnológico) e, acolhendo contributos do modo como a abordagem teórico-didática tem olhado a escrita (texto como produto, como processo e como escrita em contexto), projeta o seu ensino considerando os planos do sujeito aprendente, das relações com outros domínios do ensino de Português, das implicações da escrita nas demais disciplinas e da participação cívica. Por sua vez, o primeiro artigo de Sónia Valente Rodrigues atenta nas deficiências reveladas pelos alunos ao redigirem respostas expositivo-explicativas e,

com base em textos de natureza lógica, exemplifica o modo como o ensino de Português pode ser pensado numa ótica interdisciplinar e desenha percursos de aprendizagem assentes numa reflexão sobre o funcionamento da língua de escrita (“O ensino da escrita como projecto interdisciplinar”, pp. 107-118). No seu segundo trabalho (“Produção escrita de textos refutativos no ensino secundário: uma experiência didática monitorizada”, pp. 310-325), dá conta das tarefas realizadas com alunos do 11.º ano no intuito de desenvolver a incorporação de contra-argumentos pertinentes na escrita de textos argumentativos, ao mesmo tempo que, dada a diversidade de recursos linguísticos implicados, se incrementa a consciência gramatical adequada àquele nível de escolaridade. No domínio estrito da argumentação, Maria Aldina Marques aborda a “Argumentação e(m) discursos” (pp. 267-309), desta feita apenas na vertente da investigação, pois se trata de defender, através de uma clara fundamentação teórica e metodológica, a diferença entre a argumentação na língua e a argumentação no discurso e de, ulteriormente, proceder à análise das estruturas e mecanismos linguístico-discursivos da argumentação em interação com os domínios ético e emocional.

Com Ana Cristina Macário Lopes, volta a colocar-se a questão das metalinguagens e, em “Atos de fala e ensino do Português como língua materna: algumas reflexões” (pp. 223-245), a

autora desdramatiza reservas, indicando como este tópico se articula com outras competências do ensino de Português (oralidade, leitura, escrita) e demonstrando, através das atividades propostas, a necessidade de centrar o seu ensino “nos recursos linguísticos que permitem construir diferentes atos de fala”, de acordo com uma sequência de complexidade progressiva (atos assertivos, diretos e indiretos, e expressivos). No mesmo campo da pragmática linguística, em “Da língua como sistema à fala como ato. Ensino do modo oral” (pp. 247-265), Olívia Figueiredo pensa “A vantagem dos modelos comunicativos ou funcionais (...) para a (...) didática da língua oral” e demonstra a focalização dos comportamentos verbais na “‘construção’ elaborada pelos falantes a partir de atividades e não como ‘realizações’ de um sistema” (p. 261), recorrendo à dependência do contexto institucional em que se colocam os enunciados verbais do discurso forense analisado. No seu segundo artigo, a autora procede à análise formal de uma crónica literária, aplicando conteúdos linguísticos do *Dicionário Terminológico* considerados pilares da armadura textual: adequação, coerência e coesão textuais, com particular destaque para as virtualidades semânticas da mobilidade do modificador. Em sintonia com o entendimento que parece atravessar o volume, também aqui o texto literário quase só é convocado para ilustrar as potencialidades da língua.

Mantendo a sensibilidade ao tempo presente que outros estudos aqui têm revelado (*v.g.*, a abertura a novas literacias multimodais no trabalho de Ana Lopes), Filomena Viegas aborda “As TIC na aula de língua: a mais valia dos ambientes virtuais de aprendizagem” (pp. 387-430). Integrada numa investigação mais alargada (Projeto LP_TIC), que visa compreender o estatuto das TIC enquanto ferramenta cognitiva, a fase que descreve testemunha, através de um número relevante de atividades, prioritariamente no domínio do CEL e, transversalmente, no da leitura e da escrita, o trabalho realizado num ambiente virtual de aprendizagem, mediante a construção de conteúdos educativos que cruzam o ensino explícito da gramática com o desenvolvimento dos domínios oral e escrito.

Como foi sendo sublinhado, ainda que os objetos de estudo específicos sejam diferenciados, os vários artigos traduzem princípios epistemológicos e metodológicos comuns, não apenas no que respeita ao trânsito da frase para o texto ou ao paradigma comunicacional, mas, o que é mais impressionante, no tocante aos avanços no domínio da psicolinguística e da aquisição da linguagem com consequências diretas na didática da língua materna. Neste ponto, as conexões entre os campos são evidenciadas quando João Costa, num trabalho dedicado às dependências sintáticas em estruturas não estabilizadas à entrada no 1.º ciclo (“Desenvolvimento da linguagem e ensino da língua

materna”, pp. 121-140), conclui “que o problema em interrogativas, relativas e [nalgumas] coordenadas (...) reside na construção da relação de dependência, que é interrompida pela presença de um grupo nominal interveniente” (p. 130). Estudos deste teor contribuem não só para a definição das áreas de aquisição linguística que exigem maior estimulação, como possibilitam a monitorização de problemas de desenvolvimento.

No seu conjunto, os autores que integram *Português, língua e ensino* espelham bem um ponto de viragem no estudo e no ensino do Português que, nalguns pontos, reage a excessos anteriormente cometidos e, noutras, se abre a domínios das ciências da linguagem menos familiares e procura responder aos efeitos que as mudanças sociais e culturais imprimem na língua e no modo como os sujeitos falantes com ela se relacionam. Com grande lucidez, explicita-se a diferença entre o que pertence à esfera dos conhecimentos a adquirir pelos alunos e o saber que o professor deve dominar para conduzir com eficácia a sua docência.

Já a densidade cultural da língua, aspeto que uma refundação identitária do professor de Português não deveria negligenciar, afigura-se algo descurada, porventura devido a uma preocupação mais centrada na adequação formal do que na criatividade e na educação estética que a literatura potencia. E, neste sentido, seria desejável que obras focadas na língua e no ensino do Português, a par do movimento de abertura

a novas literacias multimodais – de saudar, por realista e necessário –, ou ao primado comunicacional, se abrissem com o mesmo empenhamento à pluralidade de mundos que a literatura consente, numa exposição tanto mais imprescindível à formação linguística e humana do aluno, quanto grande parte da população escolar, pelos seus contextos individuais e sociais, está dissociada desse *habitus*. Como quer que seja, e sobretudo no âmbito linguístico, o volume organizado por Isabel Margarida Duarte e Olívia Figueiredo constitui uma sólida e fecunda amostra do rigor da investigação em curso e da relevância da sua aplicação prática, sendo, pois, de saudar mais este contributo para pensar a língua materna e o seu ensino.

Ana Maria Machado

DICIONÁRIO DE LUÍS DE CAMÕES

VÍTOR MANUEL DE AGUIAR

E SILVA (coord.)

Lisboa, Editorial Caminho, 2012

1005 páginas, ISBN 9789722121460

1. Há 20 anos atrás, a publicação de um Dicionário sobre Camões teria, talvez, um impacto maior. Se o evento não é hoje tão louvado é, em primeiro lugar, porque a posição institucional dos Estudos Literários se vem fragilizando, no seio das próprias Humanidades e na esfera pública, em geral; mas é também porque, entre nós, a ideia de património

foi sendo corroída por querelas ideológicas ou políticas. E nem Camões, que esteve sempre no âmago dessa ideia, conseguiu ficar imune ao desgaste que daí resulta.

E, no entanto, a obra que agora surge é não só o maior acontecimento dos estudos camonianos, nas últimas décadas (pelo menos desde 1972, ano de comemorações da publicação de *Os Lusíadas*), como constitui uma das maiores realizações dos estudos literários portugueses de sempre. Quando se começou a ter conhecimento da natureza e amplitude do projeto, houve quem duvidasse da sua viabilidade: nas circunstâncias atuais, adversas sob tantos pontos de vista, uma obra de tanto fôlego não se afigurava de fácil execução. O ceticismo provinha sobretudo de três fatores: a necessidade de chamar a participar muitos colaboradores, dispersos por várias universidades e por diferentes países, o que costuma gerar atrasos difíceis de gerir ou mesmo bloqueios definitivos; o estado dos próprios estudos camonianos, sentido por alguns com apreensão e desencanto (vários nomes grandes do camonismo têm deixado o mundo dos vivos, sem que se note um processo de substituição regular); por fim, era lícito colocar algumas reservas quanto à sustentação económica do projeto: é preciso lembrar que, em tempos de acentuada crise no mundo editorial, estava em causa uma produção dispendiosa e complexa, mesmo sob o ponto de vista da realização gráfica.